

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM CRUZ ALTA
CURSO DE PEDAGOGIA**

GILSON CLEIMAR NUNES DIAS

**A IMPORTÂNCIA DA EJA COMO FORMA DE CONSTRUIR
AUTONOMIA DOS EDUCANDOS A PARTIR DO OLHAR DE PAULO
FREIRE E DAS ANÁLISES DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

CRUZ ALTA

2022

GILSON CLEIMAR NUNES DIAS

**A IMPORTÂNCIA DA EJA COMO FORMA DE CONSTRUIR AUTONOMIA DOS
EDUCANDOS A PARTIR DO OLHAR DE PAULO FREIRE E DAS ANÁLISES DE
DOCUMENTOS OFICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Me. Odilon Antônio Stramare

CRUZ ALTA

2022

GILSON CLEIMAR NUNES DIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em..05/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Odilon Antônio Stramare
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

Profª. Ma. Maria da Graça Prediger Da Pieve
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs

Profª Dra. Armgard Lutz
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs

CRUZ ALTA

2022

Catálogo de Publicação na Fonte

D541i Dias, Gilson Cleimar Nunes.

A importância da EJA como forma de construir autonomia dos educandos a partir do olhar de Paulo Freire e das análises de documentos oficiais. / Gilson Cleimar Nunes Dias. – Cruz Alta, 2022.

45 f.

Orientador: Prof. Me. Odilon Antônio Stramare.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Cruz Alta, 2022.

1. Letramento. 2. Leitura. 3. Educação. 4. Paulo Freire. I. Stramare, Odilon Antônio. II. Título.

Dedico aos meus filhos, que desde sempre me apoiaram nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela força e ânimo, para que não pensasse em desistir e pudesse realizar meu sonho;

Depois, à minha família, que sempre esteve do meu lado nos momentos mais difíceis de minha trajetória, compreendendo que minha ausência tinha um propósito maior;

Aos professores, em especial o professor Odilon, que juntamente, participou desse desafio, com muita paciência, especialmente nesta reta final de minha graduação.

À Uergs – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e aos funcionários, minha eterna gratidão, por terem me acolhido, pelo incentivo e pelas inúmeras vezes que se demonstraram dispostos a me ajudar.

E a os colegas, que durante toda a jornada foram incentivadores, companheiros e entusiastas em todos os momentos de nossa formação.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias. (FREIRE, 1983, p. 39).

RESUMO

O estudo apresentou como tema: “A importância da Educação de Jovens e Adultos, como forma de construir autonomia a partir do olhar de Paulo Freire, e análise de documentos oficiais”, tem como finalidade conhecer o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, através da leitura e do letramento, que dentro do método de Freire, parte do educando conhecer três etapas como investigação, tematização e problematização, conhecendo a importância desta modalidade na construção da autonomia, do letramento, da criticidade, como também conhecer um pouco da história de Paulo Freire e seus métodos de alfabetização. Como forma de conhecer políticas públicas e ações governamentais, desde o princípio da educação para jovens e adultos no Brasil e a caminhada transformadora, desta modalidade como forma de desenvolver um processo de aprendizado que valorize o educando, rompendo com uma educação bancária, em que o professor é o único sabedor do conhecimento. Desta forma, estudo parte da importância do aprender, valorizando questões sociais e culturais dentro de um processo de resgate social, e cultural, que leva em conta o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, como também analisar a Base Nacional Curricular e a Lei nº 9.394/96. Apresentando assim como resultados que o processo de educação dos adultos acontece pela criticidade, pela leitura de mundo, esta alfabetização se faz presente nos documentos oficiais.

Palavras-chave: Letramento. Leitura. Educação. Paulo Freire.

ABSTRACT

The study presented as its theme: "The importance of Youth and Adult Education, as a way of building autonomy from the point of view of Paulo Freire, and analysis of official documents", aims to understand the teaching and learning process of Education students. of Youth and Adults, through reading and literacy, which within Freire's method, part of the student knowing three stages such as investigation, thematization and problematization, knowing the importance of this modality in the construction of autonomy, literacy, criticality, as well as know a little about Paulo Freire's history and his literacy methods. As a way of knowing public policies and governmental actions, since the beginning of education for young people and adults in Brazil and the transformative journey, of this modality as a way to develop a learning process that values the student, breaking with a banking education, in which the teacher is the only knower of knowledge. In this way, I study the importance of learning, valuing social and cultural issues within a process of social and cultural rescue, which takes into account the literacy method developed by Paulo Freire, as well as analyzing the National Curricular Base and Law no. 9,394/96. Presenting as well as results we present that the process of adult education happens by criticality, by reading the world, this literacy is present in official documents.

Keywords: Literacy. Reading. Education. Paulo Freire.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1 PAULO FREIRE: UMA TRAJETÓRIA DE VIDA.....	8
2.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE DE ENSINO ...	11
2.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	13
2.4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA OS EDUCANDOS	16
2.5 QUEM SÃO OS ALUNOS DA EJA?.....	19
2.6 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E O CONCEITO DE AUTONOMIA EM FREIRE	22
2.7 REFLEXÃO SOBRE O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25
2.8 EJA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	28
3. METODOLOGIA	32
3.1. TIPO DE ESTUDO	32
3.2. OBJETO DE ESTUDO	32
3.3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
3.4. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	33
3.5. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	33
3.6. PROCEDIMENTO ÉTICOS.....	34
3.7. RISCO E BENEFÍCIOS.....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: ASPECTOS ANALÍTICOS.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresenta um olhar sobre a trajetória do ensino da Educação para Jovens e Adultos EJA, fundamentados nos conhecimentos de Paulo Freire e na análise de documentos oficiais, tem como objetivo analisar documentos normativos (LDB e BNCC), a fim de verificar a presença da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere aos conceitos de aprendizagem e autonomia.

Apresentando também objetivos específicos, que auxiliam na construção deste estudo como: ampliar conhecimentos sobre vida, obras e contribuições pedagógicas relacionadas ao processo e construção da leitura e da escrita dos jovens e adultos; conhecer através da literatura concernente, o contexto e os sujeitos que frequentam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos; identificar políticas públicas voltadas a modalidade da Educação de Jovens e Adultos .

Considerando uma ação social e cultural dos sujeitos aptos a aprender, mediante uma educação que se constrói através de uma identidade, ideologia de seu modo de compreender o mundo, como forma de ser crítico e autônomo.

A escola desempenha uma função de destaque na organização de uma grade curricular, que permite aos educandos aprender e construir-se socialmente e culturalmente em diversos espaços, partindo da escola para a sociedade.

A escola não é somente um espaço de educação formal, mas de construção de saberes, de permitir a construção de educandos, conscientes e políticos, letrados, com autonomias e capacidade de intervir, através de sua caminhada, de sua história, de fazer uma leitura de mundo.

O papel da EJA é de permitir também, uma educação libertadora tendo o educador, o papel de mediar e auxiliar na tomada de conscientização da importância do sujeito dentro do todo e da escola ao processo social.

Os educandos estão amparados pela LDB – Lei nº 9.394/96, que traz no art. 5º as competências dos entes federados em oferecer a estes sujeitos a possibilidade de continuar seus estudos, de forma eficaz que reconheça o papel da escola num processo de transformação, respeitando sua idade e com metodologia diferente das formas de ensinar as crianças e dos adultos, uma vez que o processo de educação dos adultos é necessário uma metodologia distinta para que estes sujeitos possam

aprender, valorizando o conhecimento que trazem de sua caminhada.

O educador como sujeito que faz a mediação entre o ensinar e aprender tendo Paulo Freire e sua metodologia de escrita e leitura, como forma de promover ações de transformação da forma como constrói o conhecimento, sua autonomia e seu letramento.

Um pouco da história de Paulo Freire sua influência no processo de ensino e aprendizagem, a legislação que ampara, também, a educação de jovens e adultos enquanto modalidade de ensino, bem como a história da educação de jovens e adultos no Brasil e uma análise nos documentos oficiais.

O estudo tem como finalidade compreender o aprender, o ensinar, o valorizar o social, o mundo, a criticidade, a autonomia e a democracia dentro de um processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que o processo de Educação dos Jovens e Adultos se constrói mediante métodos e teorias que estimulem o educando a não abandonar a sala de aula.

Valorizando a educação como sendo fundamental para o processo de autonomia, como educando, aprender e transformar, assim se organizando o estudo que se construiu. A pesquisa foi realizada de forma bibliográfica mediante leitura de livros, artigos já publicados e sites especializados no tema proposto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PAULO FREIRE: UMA TRAJETÓRIA DE VIDA

Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em 19 de setembro de 1921, no Recife – PE, Freire é reconhecido no mundo todo, é praticamente impossível falar em educação de jovens e adultos sem citar Freire. Seus estudos foram construídos para àqueles que denominou de oprimidos, ele próprio vem de família pobre e mediante suas técnicas atendiam os carentes socialmente ou pelo conhecido sistema Paulo Freire.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1980, p. 09).

No Brasil, e por conseguinte na América Latina e na África, Freire é um exemplo de inspiração de gerações de educadores, conquistou amplo apoio de pedagogos, teólogos e cientistas sociais.

Nos anos de 1960, Freire coordenou projetos de alfabetização de jovens e adultos e foi no Rio Grande do Norte em praticamente 45 dias alfabetizou 300 trabalhadores, com seu método Freire, que fica claro dentro de sua teoria que não basta ler e escrever, mas dar continuidade aos seus estudos.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1987, p. 26).

Ocorrendo interações entre o educador e o educando em que a valorização da base social e cultural, trazendo a realidade de vida do educando para dentro da sala de aula como forma de aprender, neste modelo o educando é um ser ativo, rompe com o sistema de “educação bancária”, denunciado por ele como sistema tradicional, em que o aluno tem que devolver da mesma proporção aquilo que lhe foi depositado pelo professor, ou seja, uma educação deve ter como finalidade a libertação e não a opressão, sendo “o homem estimulado a pensar, desenvolver uma visão de mundo

manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros”. (Freire, 1987, p.120).

O modelo de ensino de Paulo Freire, é totalmente oposto daquele denominado como tradicional, neste modelo o professor é o dono do saber, inquestionável dentro da escola ou da sala de aula, detentor absoluto da razão e do conhecimento.

O que não me parece possível é fazer a leitura da palavra sem relação com a leitura do mundo dos educandos. Por isso é que, para mim, todo processo de alfabetização de adultos implica o desenvolvimento crítico da leitura do mundo, que é um quefazer político conscientizador. (FREIRE, 2006, p. 63).

O educador tem sua metodologia fundamentada na relação mútua de trocas, de mediações, em que não somente o educando aprende, mas o educador mediante as trocas realizadas, conhecendo a sua importância e esta para o mundo. Assim, Freire ofereceu a possibilidade de alfabetizar com aquilo que os rodeia, a escola deveria primeiramente ensinar o aluno a ler o mundo.

Dentro do modelo de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos por Freire é impossível que desenvolver um processo de leitura de forma separada, desassociando o mundo do processo de leitura e escrita. Segundo Freire (1989):

Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como “escrever o mundo”, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e estar em contato com o mundo. (FREIRE, 1989, p.31).

Freire, exemplificou que uma pessoa que vive no nordeste do Brasil não pode ser alfabetizada com as frases prontas de cartilhas: “Eva viu a Uva”. No método de Freire o educando deve ser partícipe de seu conhecimento, podendo criar e recriar sua história e sua própria cultura, pois ao utilizar seu método, Freire também deu um novo olhar para a Pedagogia:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p. 44).

Freire é um educador dedicado a educação popular e para uma educação popular transformadora é fundamental acreditar em mudanças, não somente ensinar ler e escrever, mas devem partir de novos paradigmas, de novos desafios, em que o aluno possa ser um agente transformador e o educador ter desejo de ensinar e

aprender, fundamentada esta relação em trocas, em esperança.

Freire deixa este mundo de desejo, de esperança, de superação, um caminho a ser percorrido por aqueles que acreditam que a educação deve mudar e construir um novo amanhã.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite o homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente. Na medida em que os homens, dentro de uma sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 1979, p, 33).

Em 31 de março de 1964, Freire foi preso pela ditadura militar que pretendiam silenciar sua voz, sua forma de educar, de conscientizar de tornar alunos sujeitos críticos, passando 72 dias numa prisão acusado de subversão, de ser comunista.

Partiu para o exílio, onde trabalhou no Chile, por cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (Incira), neste período escreveu a Pedagogia do Oprimido em 1968.

Posteriormente conseguiu o que para muitos educadores seria o máximo em sua carreira, lecionou na Universidade de Harvard nos Estados Unidos, no ano de 1969 e em 1970, foi consultor do Conselho Mundial das Igrejas (CFMI), em Genebra, Suíça. Neste período deu consultoria educacional a governos de países pobres, maior parte desses do continente africano.

Em 1980, com o fim do exílio, voltou para o Brasil onde escreveu dois livros de importante relevância para a educação: Pedagogia da Esperança (1992) e À sombra desta Mangueira (1995), também lecionou na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e PUC de São Paulo, foi Secretário de Educação da Gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.

Sua carreira foi premiada com reconhecimentos recebidos: Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos 1992). Suas obras são de fundamental importância não apenas para trabalhar com educação de jovens e adultos, mas para a formação de profissionais da educação comprometidos, que têm o desejo de mudar, de utilizar a educação como forma transformadora e construtora de um mundo justo para todos.

Entre suas obras: Educação como prática da liberdade (1967), Pedagogia do Oprimido (1970), Pedagogia da Esperança (1992), Cartas à Cristina (1994), À Sombra desta Mangueira (1995), Pedagogia da Autonomia (1997), Pedagogia da Indignação.

2.2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO MODALIDADE DE ENSINO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que está presente tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, oportunizando aos alunos que não conseguiram completar seus estudos na idade certa, possam concluir, a continuidade para aqueles que por diversos motivos abandonaram a escola, resgatando de forma social a caminhada educativa do processo de ensino e de aprendizagem destes sujeitos.

Diversos são os fatores que impossibilitaram a continuidade na escola, este sujeito por diversos motivos, entre os quais a necessidade de qualificar-se e buscar novas oportunidade procura a EJA, modalidade de ensino oferecida nas escolas que têm como idade limite para acessar e frequentar 15 anos ensino fundamental e 18 anos ensino médio.

A Constituição Federal, no Artigo 208 diz que é “dever do estado, a educação e será efetivado mediante a garantia de Ensino fundamental obrigatório e gratuito a todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 1988).

Este direito é confirmado pela LDB 9394/96, no Artigo 5º que apresenta as competências para os Estados e Municípios em regime de colaboração e sobre assistência da união: “I - recensear a população em idade escolar para a educação de jovens e adultos que a ele não tiveram acesso II - fazer-lhe chamada pública (BRASIL, 1996, p,27).

A LDB 9394/96 em seu artigo 32, apresenta as exigências de um ensino de EJA, que tem por objetivo a formação básica do cidadão, através:

I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996).

O ensino médio, conforme a LDB, tem como finalidades: I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou

aperfeiçoamento posteriores; III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e prática. (BRASIL, 1996, p, 23).

Desta forma, é fundamental que os jovens e adultos possam desenvolver-se mediante o processo de educação, uma vez que a sociedade dentro de uma sociedade transformadora em que fundamenta-se dentro de inovações tecnológicas como também de modernização da economia, esses sujeitos estarem qualificados.

A Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação, traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, apresentando a oferta desta modalidade:

...as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar: I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (art. 5º)

Conforme ressalta Nascimento (2014 p.14), compreender o processo de educação brasileira não é fácil, pois existem diversas leis, políticas e programas de governo. O processo de educação brasileira da EJA é fruto de muito trabalho, de lutas, para que as escolas pudessem se transformar em um espaço para todos, reconhecendo e oportunizando a volta dos alunos que não conseguiram concluir seus estudos no tempo regular.

O processo de Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, teve como finalidade a necessidade qualificar este pessoal para mão de obra. Nessa modalidade a única proposta desenvolvida era a do Professor Paulo Freire, que tinha por finalidade desenvolver alunos críticos.

No entendimento de Freire, a educação deve ser algo libertador para formar um ser humano com ciência de seu papel no mundo que faz parte, atrelando valores, conhecimento, socialmente político, pois é agente fundamental para a transformação de uma sociedade justa e igualitária.

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193).

Desta forma, Freire acredita na educação como forma de construir autonomia, letramento, mudanças sociais e transformação do ser humano.

2.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, tem como finalidade construir um modelo diferente do tradicional, uma vez que dentro do modelo EJA, isto não pode ser apenas um ato de ensino, mas de transformação.

Historicamente no período da colonização no Brasil, o processo de alfabetização e da educação eram privilégio das classes mais abastadas, o conhecimento fazia parte daqueles que tinham dinheiro, e seus filhos eram educados em casa, e os jovens e adultos não tinham a necessidade de serem alfabetizados.

Aos trabalhadores e seus filhos não tinham acesso à escola, ou a qualquer educação, segundo Ghiraldelli Jr. (2008):

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil -1808- 1821. (GHIRALDELLI JR., 2008, p. 24).

Uma vez que o processo de ensino jesuítico, fundamentava-se apenas em divulgar a fé cristã, não tinha a finalidade como objetivo principal de transmitir conhecimentos, essa divulgação da fé, e a alfabetização com esta finalidade aconteceu até o período pombalino.

Nesse período os colonizadores tinham medo da utilização do ensino para trabalhos domésticos e contra a utilização dos índios para trabalhos forçados, assim Marquês de Pombal agiu de forma rígida contra os jesuítas, expulsando-os do Brasil.

No Brasil, a história da EJA, aconteceu de forma invariável, não existindo ações do governo. Cada governo fazia da forma que desejava sem uma ação organizada; a primeira constituição do Brasil foi outorgada e após a Proclamação da Independência no artigo 179, traz que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”. Os

pobres não tinham acesso. Para Soares (2002, p, 8):

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino. (SOARES, 2002, p. 8).

A partir dos anos 30, no governo de Vargas, no chamado Estado Novo, ocorreu interesse de organizar a educação como forma de atender o processo produtivo que necessitava de pessoas mais qualificadas para o exercício das funções a serem realizadas, principalmente para substituir a importação a partir das necessidades do Estado referente a Primeira Guerra Mundial.

A Constituição Federal de 1934, mesmo que mais progressista no que trata a educação, perdeu espaço para a nova Constituição de 1937, que tirava a responsabilidade do Estado referente a formação educacional no Brasil, de acordo com Ghiraldelli Jr. (2008):

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público. (GHIRALDELLI JR 2008, p. 78).

Objetivando um favorecimento do Estado, houve o incentivo ao ensino profissionalizante, com a finalidade de formar mão de obra despreocupada com a transmissão de conhecimento, a educação continuava sendo para poucos, para uma elite e para uma classe média que tinha o poder.

No período militar surge o MOBRAL, com a finalidade de erradicar o analfabetismo no Brasil, restrito apenas a ler e a escrever, mas longe do ideal de alfabetização de Paulo Freire de um letramento e de uma emancipação social, o que Aranha (1996) se refere:

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um "fazedor de cultura" e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade,

de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra. (ARANHA 1996, p. 209):

Paulo Freire tinha uma preocupação mais além do que simplesmente os educandos saberem ler e escrever, juntamente a esse processo à formação crítica dos educandos, sua consciência de mundo, enquanto Mobral utilizava cartilhas, famílias silábicas, Freire investia em palavras geradoras, para que os sujeitos pudessem ter consciência das formas de produção, interferir e fazer parte, segundo Bello (1993):

O projeto MOBREAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas. (BELLO, 1993, p. 57).

A história da Educação para Jovens e Adultos no Brasil é algo novo, por muito tempo apenas as escolas noturnas eram os únicos meios de ensinar uma vez que quem sabia ler auxiliava quem não sabia, sendo assim uma forma informal de alfabetização, o que exigia bastante dos educadores, pois esses sujeitos trabalhavam no campo, ou com atividades pesadas, que após seu dia de trabalho buscavam a escola para aprender ler e escrever buscando autonomia.

Com o processo de industrialização a todo vapor, trouxe para os centros urbanos, diversos trabalhadores rurais com suas famílias, que buscavam uma melhoria de vida, mas necessitavam ser alfabetizados, o que permitiu uma demanda de escolas que atendessem no noturno, com objetivo de alfabetizar os indivíduos.

Na década de 40 surge a campanha de alfabetização em três meses para que as pessoas pudessem participar das eleições. Já com a Lei de Diretrizes e Base LDB nº 5992/71, nascem os supletivos, que têm como finalidade especialmente um olhar para os jovens e adultos para continuidade dos educandos.

Já em 1974, Ministério da Educação (MEC), implementa os Centros de Estudos Supletivos (CES), que organizavam com o trinômio tempo, custo e efetividade pela necessidade da época estes cursos foram influenciados pelo tecnicismo e adotavam módulos instrucionais, o atendimento individualizado, sendo dividido em duas etapas a modular e semestral, o que proporciona a evasão, uma luta apenas pelo certificado de forma rápida e superficial, para entrar no mercado de trabalho. (SOARES, 1996).

Em 1985, com o fim do Mobral, nasce a Fundação Educar, que apoiava a

educação EJA, com a Constituição Federal de 1988, aumenta a responsabilidade do Estado e seus compromissos juntamente à educação de jovens e adultos.

Nos anos 90 o governo determina a necessidade e existências de parcerias com ONGs, municípios e universidades e grupos informais, e estados a fim de melhorar o processo educacional de jovens e adultos, a EJA, passa a ser registrada e intitulada como “Boletim de ação Educativa”.

Sendo ministrados os cursos de EJA na forma presencial e a distância, além da realização de exames supletivos, a partir das diretrizes e orientações metodológicas em que construíram currículos para os jovens e adultos, atendendo fatores curriculares de acordo com o nível do ensino do educando.

De acordo com as orientações da LDB nº 9394/96 é de responsabilidade dos sistemas de ensino definir a estrutura, o currículo e a proposta pedagógica de seus educandos.

Os conteúdos trabalhados precisam estar de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), através destes irão proporcionar a proposta curricular adequada para a modalidade EJA. Para Gadotti, (2003) “o processo de educação de jovens é um direito garantido por lei, levando em conta as experiências não formais”, que fazem parte do currículo como vivências e práticas permitindo assim uma proximidade com a realidade desses educandos.

Uma vez que, para Freire, a educação de jovens e adultos defende que o conhecimento através da educação que é um instrumento do homem sobre o mundo, toda essa ação produz mudanças, portanto, não é um ato neutro, mas um ato de educar, um ato político. (FREIRE, 1987).

2.4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA OS EDUCANDOS

Ao referir-se a EJA, percebe-se que essa enfrenta diversos contratempos ainda sendo um deles a necessidade de uma visão diferenciada em relação às formas de trabalhar com alunos dos anos iniciais, ou do ensino médio, uma vez que alunos da EJA são adultos, trabalhadores, chefes de famílias, mães, até mesmo avós que necessitam de uma linguagem e métodos distintos, para diferenciar das crianças e dos jovens que se encontram dentro da idade adequada nos anos em que estão

matriculados.

O trabalho com essa clientela não deve apenas ficar restrito no que trata o pedagógico, mas também analisar as questões culturais e sociais dos educandos, construindo um currículo e conteúdos diferenciados.

Cabendo à escola desenvolver juntamente aos seus profissionais a tarefa de organizar de forma eficaz os componentes curriculares que permita ao aluno o desenvolvimento dentro de um processo de aprendizagem deste, permitindo aprender não somente a ler e escrever, entretanto conhecer o mundo criticamente.

Um dos grandes desafios para Freire é permitir que educandos e educadores possam construir-se mediante mediações em que ambos aprendem, trocando experiências, conhecimentos e assim avançando.

A escola que trabalha com a valorização social e cultural de seus educandos deve ter a capacidade de interpretar diversos saberes e conhecimentos, não ficando restrita somente aos saberes pedagógicos, e não isolando estes do resto do mundo, uma vez que educadores e educandos são sujeitos do mundo.

Uma vez que o homem se constrói juntamente ao conjunto de experiências vivenciadas por ele no mundo, tanto ele sujeito letrado ou não se constrói, nas relações de mundo, mundo de trocas, muito abrangente, sendo ele capaz de realizar contar, ou fazer cálculos de metros, de quantos tijolos vai num metro, ou quantos metros quadrados, vai de material sem saber realizar cálculos sem ser alfabetizado.

Conhecimentos da vida, do mundo, do seu dia a dia, que permite a este sujeito se construir de forma diferente na escola, ligados à cultura, cabendo ao educador auxiliar na construção de um novo caminho.

Percebe-se assim a EJA como modalidade de ensino, tem uma linguagem que permite aos educandos inserir-se para oportunizar a eles concluir seus estudos na idade certa possam fazer, garantindo direito de ter uma aula com metodologia adequada a sua idade e um currículo capaz de desenvolver seus saberes dentro de um processo de ensino e aprendizado capaz de despertar para o mundo que vive, de forma autônoma e construtiva.

Um dos fatores que fez com que estes educandos abandonassem seus estudos, sendo necessário que esse educando possa estudar e continuar sua caminhada na sociedade, trabalhando e cabe a EJA agora compreender as necessidades deste educando e construir caminhos para que este sujeito possa ser alfabetizado e letrado terminando seus estudos.

Segundo a LDB nº 9394/96 no artigo quinto, parágrafo primeiro, responsabilidades dos entes federados Estados, municípios, como também a assistência da união para esta modalidade da EJA.

O grande desafio que se tem é conseguir incentivar todos aqueles jovens e adultos que não terminaram seus estudos na idade certa a frequentar as aulas, assim cabe aos educadores, aos gestores a função de construir caminhos, metodologias, que valorizem e estimulem o adulto a voltar a estudar e terminar seus estudos.

Conforme Lei 9394/96 em seu art. 32, as exigências para a EJA no ensino fundamental:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. (BRASIL, 1996. p, 23).

Permitindo aos educandos tornarem-se letrados e não apenas alfabetizados, tendo direito a uma educação de qualidade e libertadora, tendo o educador um papel fundamental nesta construção desses sujeitos.

Mesmo na atualidade com o Ministério da Educação não sendo a favor do pensamento de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, ele ainda é o grande nome e exemplo do que é uma educação voltada para a independência e autonomia dos educandos, esse sujeito aprende com o mundo, trocar conhecimentos, e modifica a sua própria realidade, reconhecendo seu papel dentro da sociedade e sua importância como sujeito de fato de todo um processo social, para Freire, (2002):

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p. 193).

A educação, tanto para a EJA como qualquer outra modalidade, deve romper de vez com a visão tradicional do aluno como tabula rasa, daquele sujeito que não sabe nada e que vai ser preenchido seu conhecimento pela escola.

[...] o educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida (GADOTTI, 1991, p.2).

Cabe à escola, trabalhar para que os educandos, desenvolvam seu papel

exercido na escola, posterior em sua comunidade, e principalmente como atua em sua vida no dia a dia, segundo Vieira (2002, p.13) "sempre que a sociedade se defronta com as mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições passam a ser exigidas à escola".

A permanência do educando na escola, e a importância da volta deste a escola, está elencado no artigo 1º da LDB 9394/96, que traz sobre o estímulo a igualdade e permanência do educando na escola, tendo a importância de construir ações pedagógicas, e curriculares, que permitam uma avaliação, uma progressão deste sujeito, estando de acordo com sua necessidade de sua vida social, como para as práticas de trabalho, desta forma a escola cumpre seu papel de integrar sujeito dentro da sociedade, através do conhecimento, Brasil (1999):

A avaliação pode e deve oferecer ao professor elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, no que se refere à escolha de competências, objetivos, conteúdos e estratégias. Ela auxilia na compreensão de quais aspectos devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual e de todo o grupo de alunos. Do ponto de vista do estudante, a avaliação é instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades. Para a escola, ela permite reconhecer prioridades e localizar ações educacionais que demandam maior apoio (BRASIL, 1999).

Dentro de um sistema educacional escolar, o processo de avaliação é um dos fatores que faz com que exista uma evasão escolar acentuada, uma vez que muitas escolas trabalham com metodologia que busca apenas respostas para as perguntas, ou seja, que o educando devolva na mesma proporção e da forma como foi transmitido pelo educador.

2.5 QUEM SÃO OS ALUNOS DA EJA?

Ao trabalhar com a EJA nos anos iniciais é algo fundamental para responder quem são estes educandos? Quais suas necessidades? Perspectivas e sonhos desses educandos em relação à escola?

Em sua maioria são jovens e adultos que não conseguiram terminar e seus estudos na idade certa, por diversos fatores, necessidade de trabalhar para ajudar a família, jovens que ficaram grávidas na adolescência, adultos que necessitam ser alfabetizados e letrados, para buscar novas alternativas no mercado de trabalho.

Cabe à escola pública, ser um local inclusivo para todos, oportunizar que jovens e adultos possam continuar seus estudos, em um espaço que permita reunir educandos de sua faixa etária, para não colocar junto às crianças pessoas de maduras, assim os deixando fora de seu contexto, fazendo com que eles não possam continuar sua caminhada escolar.

Para poder estar dentro do que se exige para fazer parte das turmas da EJA é necessário que o educando acima da idade completos para o ensino fundamental, e 15 anos para ensino médio 18, estando garantido por meio da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208 – “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, p. 1988).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). **§ 1º** O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- II - fazer-lhes a chamada pública;
- III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A educação para jovens e adultos, no ensino fundamental tem por objetivo a formação básica conforme está apresentada pela LDB 9394/96 – Art. 4º:

- [...] VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1996 pág., 8).

Assim cabe entender que também na educação para jovens e adultos no ensino fundamental tem por objetivo a formação básica conforme ilustra a LDB 9394/96 – Art. 32 que fala sobre o ensino fundamental [...] e que a EJA tem que ter o mesmo nível de aprendizado que o modo obrigatório resguardada as peculiaridades relacionadas ao artigo:

- I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

- II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- a fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino médio conforme a LDB, tem como finalidade:

§ 1 A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

§ 2 A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

§ 3 O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, e prática. (BRASIL, 1996, p.23).

Outro fator que vem auxiliar diretamente no processo de educação dos jovens e adultos, Resolução nº1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação:

...as situações os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I- Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III- Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequada dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação dos Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (BRASIL art.5º).

Quando se trabalha com adultos, é fundamental que o educador tenha a capacidade de fazer com que estes educandos possam se sentir incluídos dentro da escola, fazer parte de um todo, uma vez que muitos se sentem excluídos da sociedade do mercado de trabalho, da sociedade, algumas vezes por não serem alfabetizados, outro por não serem letrados, ou mesmo pela simplicidade que é confundida como ignorância por parte de alguns desinformados, que acreditam que o conhecimento é somente aquele construído na escola,

Desta forma essa é a clientela da EJA, sujeitos que buscam se fazer presente em todos os espaços sociais, desde a escola, como na sociedade, quebrando paradigmas e caminhando para transformar todos os espaços em que fazem parte, para Aranha (1996):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um fazedor de cultura e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática no processo quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma, percebendo-se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra. (ARANHA, 1996, p. 209).

Um dos teóricos que trabalham com o tema educação para Gadotti (2003), aprofunda o conceito de Educação de Jovens e Adultos, que vai se movendo e transformando e adaptando-se à medida em que a realidade começa a fazer exigência, como nova visão de educação, e educadores, a necessidade de uma visão crítica dos educadores, como forma de construir autonomia, mediando saberes, ações e independência destes educandos.

2.6 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E O CONCEITO DE AUTONOMIA EM FREIRE

Busca-se deixar claro, a diferença entre ser alfabetizado e letrado, o sujeito alfabetizado é aquele que consegue codificar os códigos, ou seja, ler e escrever, já o sujeito quando letrado vai além tem consciência de que forma pode interagir e fazer parte da sociedade, a EJA trabalha para que o educando que está fazendo parte de seu sistema seja além de alfabetizado um sujeito letrado.

Dentro desta visão, Soares (2009) apresenta a característica do educando letrado e alfabetizado é capaz de Compreender o que é lido e escrever de forma que os outros compreendam o que se escreve; conhecendo os diferentes gêneros e diferentes portadores de textos e fazer o uso deles para ler e escrever; Participando adequadamente dos eventos de várias naturezas de que fazem parte a leitura ou escrita; construindo familiaridade com o mundo da escrita e adquirir competências básicas de uso da leitura e da escrita.

Desenvolvendo que permita o aprendizado a importância e ao valor da escrita na vida social e individual, o educando quando tem noção de sua importância dentro da sociedade, da escola, ele lê, e compreende o significado do que está lendo, assim o mesmo além de alfabetizado realiza a transformação necessária para tornar-se

sujeito de sua própria história. Soares (2003), o letramento:

O estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedade letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. O que está concepção acrescenta é o pressuposto de que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da escrita e, portanto, têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações e atitudes necessárias em que práticas de leitura e ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca forma de interação, atitudes, competência discursiva e cognitiva que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada. (SOARES, 2003, p. 15).

O conhecimento é construído através das interações entre educandos X educandos, educandos X educadores, e educandos X mundo, cabe a escola introduzir estes sujeitos então, num mundo literário, com obras e atividades pedagógicas que possam auxiliar diretamente na transformação de sua autonomia, de sua criticidade, e do entendimento do que lê, de como isto relaciona-se com ele, a fim de auxiliar na transformação do mesmo, para Ferretti (1999):

A preocupação com o cotidiano, com os rituais, com as relações sociais se dá nos processos na escola, na produção do conhecimento e socialização. Tem aumentado entre os educados em relações sociais na escola na formação do trabalhador e dos educadores em geral, a escola está cada vez mais próxima de nossas preocupações. Aproximando-nos da escola descobrimos seus currículos, sua organização e também as relações sociais em que se dá a prática educativa. (FERRETTI, 1999, p. 13).

O processo ensino-aprendizagem fundamentado em teóricos que trazem o mundo como transformação para o processo escolar, permite que o sujeito educando possa analisar o que lê e sua real importância na sua vida e no mundo em que está inserido.

“a leitura é um confronto de interlocução” e o texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor “o sentido do texto não está em nenhum dos interlocutores especificamente está inserido no espaço discursivo dos interlocutores. (ORLANDI, 1987, p. 180).

Para o desenvolvimento do educando o processo de leitura é necessário na vida dos sujeitos, através da leitura que se constroem caminhos e pontes para construir a sociedade que desejamos, e a escola que necessitamos para aprender, ou seja, ler permite a compreensão do mundo, e a autonomia, um pensamento de liberdade, das vivências culturais e sociais de cada sujeito.

Ser alfabetizado não é apenas saber que A+O, tem um sentido, ler e

compreender todo o conjunto, saber codificar, ser letrado, ser sujeito de sua história, ser autônomo, compreender de forma social e política o que significa este ato de ler, segundo Gadotti (1991):

A concepção libertadora da educação evidencia o papel da educação na construção de um novo projeto histórico. Fundamenta-se numa teoria do conhecimento que parte da prática concreta na construção do saber e do educando como sujeito do conhecimento, compreende a alfabetização não apenas como um processo lógico. Intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social (GADOTTI, 1991, p. 268).

Assim, a leitura de mundo é necessária para que possa existir a compreensão do ato de ler, do entendimento do mundo, de sua história, das vivências, e dos significados de experiência existencial, do sujeito leitor, que rompe com as cartilhas da escola. Para Freire (1997, p. 101): “E na relação que mantêm entre si e com o mundo que os seres humanos, sem deixar de ser sujeitos, vão se completando e dando os outros a se completarem”.

Quando o sujeito lê e compreende o que está lendo, codificando, pode-se dizer que este é letrado, profundo pode-se dizer que o sujeito é letrado quando compreende as práticas sociais, suas mudanças e transformações, políticas, sociais, culturais, dentro de um mundo que ele faz parte modificando-se e modificando o mundo com suas ações e participações, (SOARES (2010):

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de letramento é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma letrado, assim um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar esse analfabeto é de certa forma, letramento, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2010, p. 24).

Portanto ler, escrever e ser alfabetizado não pode mais ser visto como uma mera repetição do que está escrito, é abrir a janela para o mundo e se ver presente no mundo, ou seja, alfabetizado e letrado, é compreender o mundo e os significados que este representa, e fazer parte deste como ator, e não como mero coadjuvante Soares (1998):

Letramento não pode ser considerado um instrumento neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais

mais amplos e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais. (SOARES, 1988, p. 74).

Desta forma, a EJA permite, através de um currículo, de uma avaliação, de um projeto político pedagógico, transformar jovens e adultos em sujeitos capazes de realizar debates sociais, culturais e reconhecer seu papel dentro da sociedade, tendo a escola como meio transformador.

Para Freire, é por meio da educação que as pessoas que não tiveram condições de estudar na idade própria, podem se emancipar e conseqüentemente, tornar-se um sujeito crítico e autônomo. Em seu livro “Pedagogia da Autonomia” Freire (1996) apresenta o conceito de autonomia no viés político-social. Para Freire a leitura da palavra precede a leitura do mundo, ou seja é fundamental que educando e educador, saibam que fazem parte de um mundo, não como objeto, mas sim como sujeitos.

Compreendendo a importância deste processo transformador que é o saber ler e escrever, conectado com o social, cultural.

2.7 REFLEXÃO SOBRE O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O processo da EJA é muito complexo, vai além do alfabetizar, do ler e do escrever, uma vez que o aluno da EJA, apresenta um perfil distinto, sendo adultos e trabalhadores em sua maioria, ou pessoas que buscam aprender para melhorar sua condição social, como também melhorar o aprendizado com a finalidade de vencer barreiras do processo exclusivo provocado pelo sistema educacional que por muito exclui esse perfil de educando.

Este público é composto fundamentalmente por pessoas acima da idade regular que buscam estudar, que por alguns motivos deixaram o estudo na idade escolar, o que acabou permitindo assim um processo exclusivo, pois as pessoas não foram alfabetizadas, e excluídos pela sociedade, muitos são os problemas que dificultam o ingresso de pessoas na idade escolar, os mais comuns são gravidez, necessidade de trabalhar, drogadição, entre tantos outros.

O processo de alfabetização de pessoas adultas tem início no Brasil no período

colonial em torno de 1549 tinha como objetivo alfabetizar os adultos índios que era de responsabilidade da igreja católica, a fim de que estes pudessem servir a igreja e realizar trabalhos manuais.

Assim o processo de educação de adultos inicia-se com a chegada dos jesuítas em 1549, estando este, por muitos anos sob a responsabilidade dos jesuítas que foram responsáveis pelos colégios que tinham como objetivo construir uma elite religiosa. (MOURA. 2004).

O processo de alfabetizar índios adultos dura até 1759, período em que os jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal com a saída dos jesuítas o processo de alfabetização no Brasil sofre um grande revés, estando assim a serviço do Estado e não mais para a igreja (Moura, 2003).

Desta forma, com a saída dos jesuítas ocorre um processo de desorganização no ensino de adultos, que somente no império a educação dos adultos volta a ser desenvolvido, mediante abertura de turmas e escolas noturnas. É compreensível que naquele período nem todos os adultos teriam acesso à escola, desta forma observa-se mediante o Decreto 7.031 de 6 setembro de 1878:

Art. 4 Os cursos noturnos das escolas urbanas começarão a funcionar desde já. Os das escolas suburbanas serão abertos quando o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império determinar, tendo em consideração as circunstâncias locais. Art. 5º Nos cursos nos turnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos. As matrículas serão feitas pelos Professores dos cursos em vista de guias passadas pelos respectivos Delegados, os quais farão nelas as declarações da naturalidade, filiação, idade, profissão e residência dos matriculados. (BRASIL, 1878).

No Império, as construções de escolas noturnas serviram de base para que pudesse ocorrer a educação de jovens e adultos, pessoas analfabetas, isto é, homens maiores que 14 anos e livres eram considerados dependentes e incompetentes.

Com a república 1889 tem início a consolidação ao sistema público de ensino e consolida-se a partir da década de 30 com o processo de industrialização é fundamental que estes jovens e adultos pudessem ser alfabetizados.

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. (BRASIL, 1997, p. 30).

Nesta caminhada de transformação social, econômica e política a sociedade industrializada necessita de pessoas alfabetizadas para atender e compreender o funcionamento das máquinas, diferentemente das aulas da EJA contemporâneas, as deste período, não tem compromisso com a transformação social, e o despertar da consciência apenas querem adultos que saibam ler e escrever. Com a Constituição Federal de 1934 o PNE, que regulamenta como dever do Estado o ensino primário, integral, e gratuito para todos, ou seja, para adultos também.

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos. (BRASIL, julho de 1934).

Já, na década de 40, constatado que grande parte da população brasileira se encontrava analfabeta, o governo investe e cria um fundo com o compromisso de alfabetizar a população adulta. Essas políticas ainda estavam atreladas aos interesses da burguesia e dos grandes empresários e políticos, criando assim um universo de eleitores manipuláveis e mãos de obras baratas, assim cria-se uma campanha nacional para alfabetizar os adultos.

O grande mérito da Campanha Nacional de Educação de [Adolescentes] e Adultos [CEAA] foi propiciar uma estrutura nacional considerando-se que os Estados não possuíam verbas para tal e ela só ocorreu em função do Fundo Nacional do Ensino Primário que destinava à educação de adultos (EDA) 18% do seu percentual. Com a desativação da Campanha os sistemas por ela implementados deram origem ao supletivo (SILVA, 2004, p. 54 *apud* Dourado, 2013, p.22).

Mediante a necessidade de alfabetizar essas pessoas, diversas ações foram criadas de 40 a início dos anos 60, uma vez que a partir de 60 um novo modelo de alfabetização de adultos, mediante reforma da base, e surge a concepção pedagógica, que é um marco do processo de letramento e alfabetização de adultos até os dias de hoje fundamentada nas teorias de Paulo Freire.

[...]. Na concepção de Paulo Freire o educando e educador deve interagir, numa busca pelo diálogo e a formação crítica, levando em consideração a cultura, os acontecimentos, ou seja, trabalhar o processo de ensino e aprendizagem ligado à realidade do aluno, para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade. (PEREIRA, 2011, p.25).

No ano de 1963 Paulo Freire, teve a incumbência de desenvolver um programa

nacional de alfabetização de jovens e adultos, interrompido no próximo ano com o golpe militar de 1964. Esse modelo de governo cria um novo programa de alfabetização de adultos, mas sem qualquer menção de respeitar a democracia, a autonomia, ou criticidade destes sujeitos.

Surge então em 1967, o movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL), programa que alfabetizava todos os analfabetos de 15 a 30 anos de idade, com visão tradicional e conservador, já no ano de 1985 o Mobral foi extinto.

O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas. (BELLO,1993, p 58.)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 da nova visão ao dever do Estado com a educação, sendo o ensino fundamental gratuito para todos entre estas idas e vindas até a Lei LDB 9.394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Na Lei 9.394/96, a EJA é vista como destaque, pois permite além de alfabetizar, um letramento dos adultos, valorizando não somente a importância do aprender a ler e escrever, mas um cabedal de conhecimentos fundamentais como participação, conscientização política social dos educandos e uma forma específica de alfabetizar adultos, valorizando sua caminhada e seu conhecimento.

2.8 EJA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a Constituição Federal de 1988, a educação parte para uma nova caminhada de construção de sujeitos, ativos na sociedade ficando assim estabelecida que a educação é um direito para todos os cidadãos de todas as faixas etárias, cabendo ao Estado, construir caminhos de transformação social, cultural, auxiliando essas pessoas a ter não somente acesso a conteúdo, mas a saberes fundamentais

para seu reconhecimento dentro da sociedade, como sujeitos. Segundo o Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988) VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, quando diz que é obrigação do Estado com a educação, faz com que os entes federados tenham uma responsabilidade maior com o compromisso de atender os jovens e adultos em um processo educacional de qualidade.

Uma vez que a modalidade EJA faz com que exista um novo olhar, flexibilizando alguns fatores como compreender a situação de vida do educando, que trabalha, que têm outros compromissos que sem dúvida fizeram com que ele deixasse de estudar anteriormente.

Dentro de um currículo da EJA é necessário que tenha um planejamento para que este educando possa saber com a realidade vivenciada, ou mesmo com seu trabalho, articulando com um ensino técnico logo ali na frente, uma vez que o 3º do artigo 37 da Lei 9394/96 quando afirma que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente, com a educação profissional”, ou seja, esta união para que este estudante possa avançar em seus conhecimentos.

A LDB 9.394/96 apresenta em seus artigos, quem são de fato os educandos que fazem parte da modalidade EJA, e os seus objetivos para com esta clientela:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. 22 § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, Art. 37).

Deixando de forma bem clara dentro do § 1o do artigo 37, a gratuidade para os jovens e adultos na escola, e o §2º, trata do papel do poder público em trabalhar pela permanência e o acesso deste educando trabalhador na escola.

Visto que a partir da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade do Estado ou poder público, torna-se uma obrigação com a educação básica, deixando claro que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos,

que não puderem efetuar seus estudos na idade regular, a oportunidade educacional apropriada.

O engajamento do Ministério da Educação para o ensino de jovens e adultos se faz presente pela quantidade de pareceres favoráveis ao ensino destes educandos e suas caminhadas.

Estabelecer, reformular e reexaminar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB Nº 11/2000; Resolução CNE/CEB nº 29/2004).

Incluir a EJA como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 20/2005);

Atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional técnica de nível médio (Resolução CNE/CEB nº 4);

Instituir e reexaminar Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA em relação à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso na EJA; a EJA desenvolvida por meio da educação a distância; idade mínima e certificação nos exames de EJA (Parecer CNE/CEB nº 23/2008; Parecer CNE/CEB nº 6/2010; Resolução CNE/CEB nº 3);

Resolução/CD/FNDE nº 51, de 15 de dezembro de 2008, que estabelece critérios voltados, principalmente, para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem a produção de materiais pedagógicos, de caráter formativo e apoio didático para a EJA e a formação de professores, coordenadores e gestores da EJA.

Também tem o Programa Brasil Alfabetizada (PBA), que é desenvolvido desde 2003 pelo MEC, com finalidade de alfabetizar jovens e adultos e idosos, como o programa Proeja, (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com finalidade de integrar conhecimentos e construir perspectiva criadora e não alienante.

Dentro de um avanço na educação para jovens e adultos a partir da Constituição de 1988, traz que o Plano Nacional de Educação (PNE):

de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo, II – universalização do atendimento escolar. (BRASIL, 1988).

Este plano terá duração de dez anos, e com objetivos de alcançar metas e estratégias que permitam a melhora na educação a contar de 26 de junho de 2014, entre as metas duas são fundamentais como:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2014).

Garantir que jovens e adultos que não tenham domínio da escrita, possam fazer não como forma de apenas ler sem saber o que lê, e sem compreender este processo de leitura e escrita.

Outra política pública do campo curricular e a Base Nacional Comum Curricular, aprovada no ano de 2017 este documento é resultado de outros 235 documentos protocolados como contribuições recebidas no âmbito das audiências públicas, além de 283 manifestações orais, em que audiências não tiveram caráter deliberativo, mas forma fundamentais para que os conselheiros tomassem conhecimento das posições e contribuições advindas de diversas entidades e atores da sociedade civil, para construir juntamente com o MEC.

3. METODOLOGIA

No presente capítulo é apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa que deu origem ao estudo.

3.1. TIPO DE ESTUDO

Considerando o objetivo geral proposto com a realização deste estudo, analisar documentos normativos (LDB e BNCC), a fim de verificar a presença da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere aos conceitos de aprendizagem e autonomia

Na abordagem apresentada sobre o uso de recursos pedagógicos e metodologias voltadas ao ensino da EJA, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisando LDB 9394/96 e a Base Nacional Comum Curricular .

Neste sentido, reconhecemos a importância de Paulo Freire na construção de um sistema de educação para jovens e adultos e partindo de seus ensinamentos buscamos os elementos que caracterizam uma pesquisa bibliográfica, conforme o proposto na citação acima, desta forma a pesquisa pretende contribuir com a área da educação, permitindo utilizar a mesma como material de análise de obras já publicadas.

3.2. OBJETO DE ESTUDO

Como objeto deste estudo, consideram-se os livros, obras que se referem ao ensino na EJA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, fundamentada no modelo Paulo Freire.

Analisando os fragmentos dessas obras apresentam como as concepções de aprendizagem, a partir de objetivos específicos, ampliar conhecimentos sobre vida, obras e contribuições pedagógicas relacionadas ao processo e construção da leitura e da escrita dos jovens e adultos; conhecer através da literatura concernente, o

contexto e os sujeitos que frequentam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos; Identificar políticas públicas voltadas a modalidade da Educação de Jovens e Adultos

Buscou-se analisar o processo de aprendizagem da EJA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma reflexão de uma educação popular.

Como também compreendendo este processo mediante outros documentos legais que tratam sobre o tema pesquisado.

3.3. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados será utilizado análise de dois documentos que são a LDB 9394/96 e Base Nacional Comum Curricular que permitirá coletar dados para pesquisa, sendo construída uma ficha, que possibilitou identificar nos documentos analisados, buscando elementos como: o tipo de documento, ano de publicação, número de vezes que o termo, “EJA” foi apresentado, número de vezes que os termos “aprendizagem” e “autonomia” foram mencionados.

3.4. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O levantamento de dados foi realizado a partir de uma análise qualitativa, ou seja, neste tipo de análise, tende a compreender com base em dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir de percepções de fatores sociais, (Gil, 1999; Cervo; Bervian, 2002). Assim sendo, como a finalidade de realizar uma análise dos documentos escolhidos LDB 9394/96, a Base Nacional Comum Curricular e, uma vez que realizadas leituras de documentos com a finalidade de selecionar partes que comporiam a ficha de coleta de dados na sequência, desta forma os elementos foram organizados nela, assim permitindo exercícios de análises.

3.5. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A realização do estudo aconteceu mediante exercícios realizados com os

materiais escolhidos para compor o grupo de documentos da pesquisa. Ao ler e observar atentamente o conteúdo da LDB 9394/96 e a Base Nacional Comum Curricular, que trata sobre a EJA que foram percebidas recorrências que deram condições de possibilidade para que permitissem uma análise analíticas. Ao compreender mediante a análise dos dados, é possível obter mais detalhes sobre a pesquisa em nível de comprovações, uma vez que este processo é fundamental para a investigação, porque mediante esta etapa se torna possível responder às hipóteses formuladas anteriormente.

3.6. PROCEDIMENTO ÉTICOS

Por se tratar de um estudo que visa a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, não foi necessário submetê-lo à avaliação e apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Uergs. Isso se deu, porque esta pesquisa não contou com a participação, diretamente, de seres humanos como “sujeitos do estudo”.

3.7. RISCO E BENEFÍCIOS

Como a escolha se deu pela pesquisa documental, não envolveu a participação direta de seres humanos, considera-se que os riscos são mínimos. O que poderia representar algum tipo de risco para este estudo seria o fato dele conter alguma informação que não fosse verdadeira, mas para minimizar esse risco, fez-se o uso de materiais em sites confiáveis além de sites governamentais.

Consequentemente, por ser uma pesquisa voltada para a área da Educação considera-se o maior benefício deste estudo a possibilidade de discutir sobre a preocupação em relação ao processo de aprendizagem.

Também outro benefício está em verificar os conceitos de aprendizagem e autonomia na EJA, através da análise de obras de Paulo Freire e respectivas releituras sobre a Educação de Jovens e Adultos, como também a partir dos documentos oficiais e seus reflexos no ensino, para posterior, apresentar os resultados e contribuir com ações de formação docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo são apresentados e comentados e interpretados os dados coletados na pesquisa com a finalidade de destacar as contribuições deste estudo para a área da Educação.

4.1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: ASPECTOS ANALÍTICOS

Parte-se da análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96, documentos oficiais que foram elaborados com a finalidade de assegurar os direitos a educação de todos e garantir igualdade de ensino em todo o nosso país.

Nestes documentos constam suas orientações a fim de auxiliar os educadores na construção das práticas pedagógicas, como também a garantia de um aprendizado que valorize o educando apresentando a Base Nacional Comum Curricular se caracteriza como documento normativo que traz as aprendizagens importantes de serem desenvolvidas ao longo das etapas e modalidade educacionais, já a Lei 9.394/96. Tem papel fundamental na disciplina da educação escolar a qual deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2018, p. 7).

Considerado o proposto pela BNCC, Base para realizar uma análise sobre as questões norteadora desta pesquisa como a palavra “EJA , Aprendizagem”, analisando o sentido e como estas palavras dão significados dentro deste contexto de aprendizagem.

Também analisamos a Lei 9394/96 no que trata sobre a Educação de Jovens e Adultos, dentro deste documento oficial: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos. Artigo 37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". Essa definição da EJA, nos esclarece o potencial de educação inclusiva e compensatória que essa modalidade de ensino possui. (BRASIL, 1996).

Desta forma, estes documentos oficiais apresentam a finalidade de contribuir com currículos e com as práticas pedagógicas, com desenvolvimento integral dos alunos e com uma garantia de uma educação de qualidade.

A BNCC, apresenta direitos de aprendizado e do desenvolvimento da educação no estudo da EJA, com a finalidade de trabalhar e conhecer na íntegra desenvolvidas como forma de avançar no processo educativo.

Dentro das análises realizadas nas BNCC, buscamos compreender a importância do termo EJA, dentro dos documentos legais é fundamental compreender que o processo para a aprendizagem e desenvolvimento destes educandos.

É fundamental determinar quais seriam os conteúdos realmente relevantes para uma pessoa adulta que voltou para a escola. Afinal, a principal função desse retorno é ampliar suas perspectivas pessoais e profissionais. A BNCC não faz referência nem considera os diferentes sujeitos para determinar percurso curricular.

Desta forma ao analisar a BNCC e a Lei 9.394/96, no que apresenta a aprendizagem dentro do ensino de jovens e adultos, (EJA), uma vez que o educador desenvolve seus trabalhos fundamentados nestes documentos e nos ensinamentos construídos por Paulo Freire.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que, trata da educação de jovens e adultos:

Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e

a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.(BRASIL, 1996).

A BNCC em todas as suas edições e reformulação trata o problema da aprendizagem com finalidade de desenvolver uma educação para os Anos Iniciais que permita à criança desenvolver ações fundamentais para sua construção do conhecimento, para avanço em diversos conhecimentos. Na Base Nacional Comum Curricular (2019, p. 265) consta que:

BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que já havia sido mencionada na LDB, no artigo 38, conforme pudemos ver, a Educação de Jovens e Adultos voltou a ser parte dos itens em discussão. Num primeiro momento, nas versões 1 e 2 surgidas do debate nacional houve algum foco específico em EJA, como se pode perceber ao analisar o documento e verificar a existência de itens e tópicos em que tal modalidade é referenciada, incluída e debatida. (BRASIL, 2016).

O processo de aprendizagem da EJA deve estar ligado diretamente conforme a BNCC a apreensão e o significado de um objeto ou conhecimento, em que a relação do aprendizado e os conteúdos trabalhados possam estar ligados a realidade e a vida cotidiana do educando, de sua história da importância da valorização do jovem e adulto, a voltar estudar, Lei 9.394/96:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Desta forma a EJA assume um papel fundamental no desenvolvimento do educando na construção de sua cidadania, na construção de sujeitos autônomos, críticos, que além de conhecer a importância do processo educativo, tem consciência das questões sociais.

O processo de aprendizado realizado pela EJA, respeita o ritmo e a caminhada dos educandos, uma vez que dentro da BNCC ao pesquisar percebemos que a Base Nacional Comum Curricular, foi criada para ser referência para a elaboração dos currículos escolares, ela determina quais são as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver dentro da educação básica em todas as redes de educação. Mas a BNCC determina os conhecimentos, as competências e as habilidades dos alunos da educação básica de todo Brasil, necessitam desenvolver em

seus anos escolares, mas para surpresa desta pesquisas este documento não contempla a EJA, em uma só palavra, mas sim crianças e adolescentes, deixando uma lacuna, uma vez que as competências a serem trabalhadas para as crianças são diferentes das necessidades dos adultos.

Este prejuízo de direcionamento da BNCC, sem dúvida alguma prejudica o avanço do processo de educação de jovens e adultos, por falta de um currículo adequado a sua diversidade, pois a EJA , serve como lugar para pessoas que pararam seus estudos por diversos fatores, como para trabalhar, ser mãe, ser pai, trabalhadores rurais e urbanos que desejam voltar seus estudos, pessoas excluídas do sistema regular, infratores penais, idosos entre tantos outros e quando exclui estes sujeitos fica claro a falha na construção de um projeto educativo para todos.

Diferentemente da BNCC, a Lei 9394/96, apresenta de forma clara parâmetros e critérios para a modalidade EJA, em seu art. 37, definiu que a “Educação de Jovens e Adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”.

De forma gratuita nas escolas públicas, estes alunos que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, cabendo ao poder público viabilizar e estimular o acesso e a permanência deste aluno na escola, este mesmo artigo propõem promover articulação entre a EJA com a educação profissional.

No art. 38 da mesma lei traz que os sistemas de ensino mantenham cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

O vocábulo EJA se faz presente na Lei 9.394/96 doze vezes (12) e a palavra aprendizagem nove vezes (9) o que permite concluirmos que esta lei apresenta um olhar de responsabilidade e compromisso com a educação dos jovens e adultos no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou como objetivo, analisar documentos normativos (LDB e BNCC), a fim de verificar a presença da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere aos conceitos de aprendizagem e autonomia em que teve como fundamento a análise das políticas públicas para ensino de EJA, e a metodologia de Paulo Freire, no processo de alfabetização e letramento de jovens e adultos.

Uma vez que o processo de ensino e aprendizagem, não parte somente do ato de aprender, mas de conhecer o mundo em que está inserido, como também a reflexão de sua prática social e cultural, como parte de uma responsabilidade do educador como mediador do conhecimento, romper com o modelo bancário de aprendizado.

A EJA tem um papel fundamental no desenvolvimento crítico, social e cultural desse sujeito, que conta com uma prática diferente do educador na construção e socialização de seu saber, trabalhando com valores e atitudes, dentro de uma postura ética e transformadora.

Sendo assim, a EJA se caracteriza como uma forma de estimular o educando a terminar seus estudos, contrariando a exclusão ou abandono da escola, realizada por eles em algum momento, uma vez que este modelo pode ser compreendido como reparadora, que traz a partir de reflexões em sala de aula a necessidade de compreender a sociedade, e sua importância dentro das vivências em sala de aula.

Ao analisar a metodologia de Freire, pode-se concluir que o processo de alfabetização e letramento não está ligado diretamente somente a temas geradores, mas também à realidade dos educandos, como forma de aprender, utilizando sua realidade e experiência de mundo.

A prática pedagógica humanizadora, que respeita a identidade cultural do estudante, contribui para que este sujeito possa aprender de forma democrática, crítica e autônoma, como forma de situar-se na sociedade.

A modalidade da educação básica EJA, merece um capítulo que se dedique a problematizar essa especificidade, em que a BNCC não se aplica essa modalidade que deveria ter produzido um documento específico sobre a importância da educação de jovens e adultos e os caminhos a serem seguidos por esta modalidade de ensino.

Uma vez que a inclusão da EJA, na BNCC, não seria de pronto a solução para que ocorresse avanços significativos na modalidade, uma vez que a ausência completa de proposta e o esvaziamento da proposta de alfabetização, diversidade e inclusão, dentro de um processo de trabalho com jovens e adultos, estar na BNCC esta modalidade não altera a disponibilidade do educador em ensinar, mas deixa aberto para críticas esta falta de sensibilidade de quem organizou a BNCC, que não incluiu a EJA neste documento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que **articular, socializar e intervir**. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas.

BRASIL- **Resolução CNE/CEB Nº 1**, de 5 de julho de 2000. Câmara de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> .Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**, Lei nº. 939496. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm . Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 maio de 2000, 68 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2000/pceb001_00.pdf .Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm . Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 15 de Novembro de 2021.

_____. **Decreto nº. 7031 de 6 de Setembro de 1878**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html#:~:text=Cr%C3%AAa%20cursos%20nocturnos%20para%20adultos,mascu%20do%20munic%C3%B4rio> Acesso em: 12 de Novembro de 2021.

_____. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)** - Sítio. [Portal do FNDE - FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação](http://Portal.do.FNDE-FNDE-Fundo.Nacional.de.Desenvolvimento.da.Educacao). Acesso em: 12 de Novembro de 2021.

_____. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://L9394.planalto.gov.br). Acesso em: 31 outubro de 2021.

_____. **Ministério da Educação. Portal do Ministério da Educação (MEC)** - Sítio. Disponível em: [Ministério da Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://Ministerio.da.Educacao-Ministerio.da.Educacao.mec.gov.br). Acesso em: 20 de outubro de 2021.

_____. **Ministério de Educação. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)** - Sítio. Disponível em: [Lei 13005/14 | Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, Presidência da Republica \(jusbrasil.com.br\)](#). Acesso em: 20 outubro 2021.

_____. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13005/2014**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14> . Acesso em 23 de outubro de 2021.

BRASÍLIA. **Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. Governo do Distrito Federal**. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal - PDAD/DF - 2011. Brasília: Codeplan, 2011. 148p. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Pesquisa-por-Amostra-de-Domic%C3%ADlios-do-Distrito-Federal-PDAD-DF.pdf> . Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar**. Pedagogia em foco, Vitória 1993.

FERRETTI, Celso J e outros. **Trabalhos, Formação e Currículo. Para Onde Vai a Escola. São Paulo: Xamã, 1999**.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **A voz da esposa: A trajetória de Paulo Freire**. In: _____ . **Mobral: um desacerto autoritário** – 1ª parte: o Mobral e a legitimação da ordem. Síntese, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 83-114, set./dez. 1981.

_____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez/instituto Paulo Freire, 1998.

_____. **A Educação na cidade de São Paulo**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 28. Ed. rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 5. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1986.

_____. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. 27. Ed. São Paulo, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Conscientização teoria e prática de libertação**. São Paulo. Cortez e Moraes, 1979

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 1991.

GADOTTI, M; ROMÃO J. E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 7. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas**

atuais da educação. In: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria. Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia.** São Paulo. Cortez: instituto Paulo Freire 1996, p.69-115.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira/Paulo Ghiraldelli JR.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens E Adultos EJA, na Visão de Paulo Freire.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paranavai,2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20898/2/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf. Acesso em: 19 de Julho de 2022.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Campinas: Pontes, 1987.

PEDROSO, Sandra Gramilich. **Dificuldades encontradas no processo de educação de jovens e adultos.** In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, 2010, João Pessoa. **Jovens, Adultos e Idosos: os sujeitos da EJA.** João Pessoa: EDITORA UNIVERSITÁRIA UFPB, 2010. Disponível em: <https://pedagogiaseberi.files.wordpress.com/2014/06/com019.pdf> . Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

PEREIRA, Luciana Rodrigues. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil: relatos de experiência.** 2011. Monografia (licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2458> . Acesso em: 10 de Novembro de 2021.

SILVA, Janine Marta Pereira. Antunes da. **O Ethos Discursivo do Aluno da Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem acerca da identidade dos alunos do 1º e 2º segmento da EJA de uma instituição de ensino da rede municipal de Betim.** Páginas 447 a 461, 2015. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/2685/pdf_71 . Acesso em: 20 julho. 2022.

SOARES, Leônicio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: 2002.**

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura.** In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, dez 2002.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros,** 4 ed. Belo Horizonte Autêntica, 2010.